



DOI: 10.33947/1980-6469-V16N2-4428

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL: UMA REVISÃO LITERÁRIA DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO PERÍODO 2015/2019**

***PUBLIC POLICIES FOR SCHOOL INCLUSION IN BRAZIL: A LITERARY REVIEW OF ACADEMIC PRODUCTIONS FROM 2015 TO 2019***

Wellington de Andrade Matos<sup>1</sup>, Maria Aparecida de Menezes<sup>2</sup>

**Submetido em:** 22/07/2020

**Revisões requeridas em:** 22/04/2021

**Aprovado em:** 14/09/2021

**RESUMO**

As pesquisas científicas no Brasil relativas às Políticas Públicas Educacionais, especificamente aquelas voltadas à inclusão, têm sido muito discutidas nos últimos tempos e, conseqüentemente, a produção literária acadêmica tem crescido na mesma proporção. Investigar as ideias, debates e discursos contidos nessas produções é fundamental na compreensão dos caminhos e tendências da Educação Inclusiva no cenário atual de constantes mudanças legais e ideológicas dentro da educação brasileira. O objetivo do presente artigo foi pesquisar e analisar as publicações acadêmicas em bases de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e na biblioteca digital online de livre acesso Scientific Electronic Library Online-SciELO nos últimos 5 anos, investigando as tendências de debates no campo da educação inclusiva no Brasil, com a utilização de filtros dos portais acessados, bem como critérios de inclusão/exclusão, chegando assim a um total de 47 publicações que serviram como base da presente análise. Os trabalhos analisados a partir da metodologia de Revisão Sistemática de Literatura apontaram para uma tendência de objetivos de investigação dos pesquisadores voltadas para análise e reflexão das políticas públicas brasileiras com foco em seus fundamentos, a partir de revisões da legislação pertinente, além de investigações relacionadas ao documento - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEE-PEI 2008, predominantemente quanto sua real implementação, e uma quantidade menor de trabalhos, objetivaram a análise e discussão da formação docente dentro do campo da educação especial, e análises pontuais relacionadas às representações de professores acerca de alunos com deficiência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial. Educação Inclusiva. Políticas Públicas de Educação.

**ABSTRACT**

*Scientific research in Brazil related to Public Educational Policies, specifically those aimed at inclusion, has been much discussed recently and, consequently, academic literary production has grown at the same rate. Investigating the ideas, debates and discourses contained in these productions is fundamental in understanding the paths and trends of Inclusive Education in the current scenario of constant legal and ideological changes within Brazilian education. The aim of this article was to research and analyze academic publications in the databases of the Capes Thesis and Dissertations catalog and in the free online digital library Scientific Electronic Library Online-SciELO in the last 5 years, investigating the trends of debates in the field inclusive education in Brazil, using filters from the portals*

<sup>1</sup> Mestre em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência na Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP. Especialista em Administração de Recursos Humanos pela FMU e graduado em Administração de Empresas pela Faculdades Oswaldo Cruz. Professor na Universidade de Guarulhos-UNG. Correio eletrônico:wellmatos@terra.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde da infância e adolescência da Universidade Federal de São Paulo. maparecidamenezes@gmail.com



*accessed, as well as inclusion / exclusion criteria, thus reaching a total of 47 publications that served as the basis of this analysis. The studies analyzed based on the Systematic Literature Review methodology pointed to a trend of research objectives of researchers aimed at analyzing and reflecting Brazilian public policies with a focus on their fundamentals, based on reviews of the relevant legislation, in addition to investigations related to document - National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education - PNEE-PEI 2008, predominantly regarding its real implementation, and a smaller number of works, aimed at analyzing and discussing teacher training within the field of special education, and related analyzes teachers' representations about students with disabilities.*

**KEYWORDS:** *Special Education. Inclusive Education. Public Education Policies.*





## INTRODUÇÃO

É grande o debate mundial sobre Educação Especial e, também no Brasil, não é diferente, especificamente no que diz respeito aos discursos voltados às políticas públicas de inclusão escolar, onde a produção científica sobre a temática tem crescido muito nos últimos anos, o que é confirmado por Arretche e Souza (2003 apud TREVISAN e BELLEN, 2008) ao pesquisarem o desenvolvimento de estudos da área de políticas públicas, confirmaram um crescimento de produções científicas dentro desta área temática, além da criação e inserção de diversas disciplinas ligadas ao tema nos programas de graduação e pós-graduação.

Esse grande volume de estudos sobre o assunto apresenta-se como reflexo de um movimento na busca de políticas inclusivas educacionais no Brasil que ganhou força, principalmente a partir da assinatura da Declaração Mundial de Educação para Todos de Jontiem 1990, da qual o Brasil é signatário, alinhando-se assim às diretrizes estabelecidas neste documento. Nessa perspectiva temos também a Declaração de Salamanca (ONU, 1994), documento que indica aos países signatários a necessidade de criarem políticas públicas direcionadas ao atendimento igualitário de pessoas com necessidades especiais.

Refletindo os ideais propostos na Declaração de Jointem, a Lei nº 9394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, traz já em seu artigo 4º que o atendimento educacional aos alunos com deficiência deverá ser preferencialmente na rede regular de ensino além de dedicar um capítulo específico (cap.V) para Educação Especial definindo que os sistemas de ensino deverão assegurar “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos”, para o atendimento às necessidades desse alunado além de assegurar também “professores com especialização adequada” currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

Posteriormente outros documentos e legislações foram estabelecidos na intenção de criar diretrizes e fundamentos para nortear, não somente o acesso de todos à escola comum, mas que também esse processo possa transcorrer de forma equitativa, tendo como consequência uma educação mais inclusiva. Dentre esses documentos podemos citar como mais relevantes, a Resolução MEC CNE/CEB Nº 02 de 2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, que reconhece a importância da educação inclusiva como também as práticas discriminatórias nos sistemas de ensino, ao mesmo tempo ressalta a necessidade de confrontá-las criando alternativas de superação, afim de que todos estudantes tenham suas especificidades atendidas num modelo transversal de ensino aprendizagem. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, que traz no seu texto várias metas com abordagens da educação inclusiva. A Lei n. 146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) de 2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi um avanço e um marco no reconhecimento da cidadania e reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil.

Todos esses documentos trazem em seu escopo diretrizes, orientações ou determinações voltadas à inclusão e ao direito universal à educação.

Atualmente um importante documento norteador das políticas inclusivas na área da Educação encontra-se em discussão, o Plano Nacional de Educação Especial-PNEE de 2018 que traz modificações na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEE-PEI 2008, atualmente em vigor, mudanças essas que poderão ter impactos nas políticas educacionais inclusivas.

Por intermédio desse novo documento apresentado pela Diretoria de Educação Especial (Diretoria de acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio a Pessoas com Deficiência) do MEC, e segundo responsáveis pela elaboração, pretende-se ter a inclusão social plena como paradigma, ao mesmo tempo em que não perde os avanços conquistados com a inclusão (BRASIL-MEC 2018).

Apesar de tais objetivos constarem no documento, muitos especialistas na área da Educação argumentam que o PNEE 2018 traz em seu bojo modificações na atual política inclusiva com graves retrocessos nos avanços historicamente conquistados. A Principal modificação, e o maior motivo de críticas, referem-se à uma visão restrita, sem a perspectiva inclusiva da Educação Especial desconsiderando essencialidade de um ensino de modo transversal



complementar ao processo de ensino aprendizagem da sala regular, demonstrando assim um processo de exclusão e segregação.

Endossando essa análise, Guerreiro (2019) percebe essas alterações propostas como um retrocesso, e diz que “a reforma retoma a então superada visão de Educação Especial como modalidade escolar, na contramão da perspectiva atual que entende a necessidade de um ensino transversal que complemente as atividades desenvolvidas na sala de aula comum”. E complementa, acerca dessa perspectiva excludente, afirmando que as crianças são seres únicos e cada uma tem suas singularidades e particularidades, mesmo que possuam a mesma deficiência.

Ainda sobre essa perspectiva de retroagir aos conceitos pré PNEEPI 2008, o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença - LEPED, em parceria com diversas entidades, universidades e pesquisadores elaborou um documento analisando a proposta do PNEE 2018 e alerta que:

a Educação Especial como modalidade escolar substitutiva não é mero acaso e, no passado, foi responsável pela invisibilidade de pessoas com deficiência. Em 2018, é inadmissível que, a pretexto de “atualizar” a Política, abra-se novamente a porta para retrocessos (LEPED. UNICAMP, 2018, p. 22)

É a partir dessas considerações sobre políticas públicas de inclusão escolar e dentro desse contexto de discussões, tensões e debates, que esse artigo se propõe a realizar uma pesquisa bibliográfica de produções acadêmicas no Brasil, com investigações focadas na análise de políticas públicas educacionais de inclusão, uma vez que “o conhecimento teórico-histórico de um dado campo do conhecimento é essencial para sua práxis, para uma melhor compreensão dos seus desdobramentos, sua trajetória e perspectivas” (TREVISAN E BELLEN p. 529).

Dentro dessa perspectiva optou-se pela Revisão Sistemática de Literatura-RSL, como metodologia a ser utilizada nesse estudo e, como nos ensina Moraes (2018), as revisões de literaturas são estudos que têm como objetivo principal “analisar e sintetizar a produção de um conhecimento” sendo que esses estudos têm como base a consulta em diversos materiais publicados a respeito do tema.

## MÉTODO

A Revisão Sistemática de Literatura-RSL há muito vem sendo utilizada por pesquisadores que buscam maior rigor científico na busca e análise de produções acadêmicas em determinado campo ou sobre temas específicos, e de acordo com Igarashi, Igarashi e Borges (2015), esse tipo de pesquisa já é utilizada há muitos anos no meio acadêmico e segundo esses autores, foi a partir do ano de 2000 que passou-se a utilizá-la de forma mais recorrente nas ciências sociais aplicadas. Segundo Castro (2001) A revisão sistemática “é uma revisão planejada para responder a uma pergunta específica e que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, e para coletar e analisar os dados destes estudos incluídos na revisão”.

Para MacLure et al. (2016, apud CAIADO et al), as razões para se utilizar uma RSL são, dentre outras, “ajudar a informar práticas e políticas, fornecendo evidências integradas e imparciais nas quais as decisões de baseiem” e também “Identificar lacunas na literatura para informar estudos futuros”.

Moraes (2018), ressalta que a principal característica de uma revisão de literatura seja ela narrativa, integrativa ou sistemática, é a definição explícita da metodologia a ser utilizada para seleção dos dados e critérios objetos de análise, a autora reassalta também que o leitor deve compreender a utilização do passo a passo de maneira tal que, ao replicar a mesma metodologia utilizada na revisão, possa alcançar os mesmos resultados. Assim ao se realizar uma RSL o pesquisador deve seguir todo passo a passo apresentados e registrados na metodologia.

De acordo com Mancini e Sampaio (2007) e também em consonância com Moraes (2018) os principais elementos descritos em métodos e resultados são: 1. definição de uma pergunta norteadora; 2. bases de dados consultados; 3. filtros utilizados; 4. critérios de inclusão e exclusão dos materiais encontrados; 5. quantidade de estudos encontrados; 6. forma de organização dos dados (categorias, quadros, listas, etc.); 7. tipo de análise; 8. discussão dos dados encontrados e; 9. conclusão.



Moraes (2018) aponta que a pergunta norteadora é a característica fundamental na RSL. Também nessa mesma linha de análise Sampaio e Mancini (2007) concordam que, como outras investigações científicas, uma revisão sistemática bem elaborada pede uma pergunta ou questão bem elaborada e explícita. Desta forma defini-se que a presente pesquisa dedica-se a investigar quais as tendências de debates no campo da educação inclusiva no Brasil a partir da análise de produções acadêmicas nos últimos 5 anos em bases de dados de produções acadêmicas on-line de grande relevância.

## BASE DE DADOS CONSULTADA E FILTROS UTILIZADOS

A busca foi realizada a partir da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão nos no **Catálogo de Teses e Dissertações da Capes** e na biblioteca digital on-line de livre acesso **Scientific Electronic Library Online-SciELO**, eleitas dentre outras renomadas bases pela reconhecida importância e relevância desses bancos de produções acadêmicas no meio científico.

Antes mesmo da aplicação de qualquer filtro para seleção das publicações é necessária definição dos descritores ou palavras-chave, que são fundamentais no processo de triagem e permitirão aos motores de busca dos sites uma seleção mais precisa, como nos ensina Moraes (2018) “as palavras usadas como filtro são fundamentais para a seleção dos estudos. Elas devem representar a essência daquilo que se quer estudar”.

Assim serão utilizados os termos chave: **Políticas Públicas Educacionais; Educação inclusiva; e Educação especial**. Termos esses que possuem uma grande abrangência e permitirão um retorno na busca com grande quantidade de produções publicadas.

O primeiro filtro utilizado na presente pesquisa foi o período das publicações, optou-se por um período dos últimos cinco anos, pois segundo Luna (2019), se existir muita literatura do tema e também com publicações regulares o período a retroceder no tempo na investigação, e que produza material suficiente para compor um arcabouço de referência para a pesquisa, deverá ser de 4 ou 5 anos, ou seja pesquisa relativa aos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

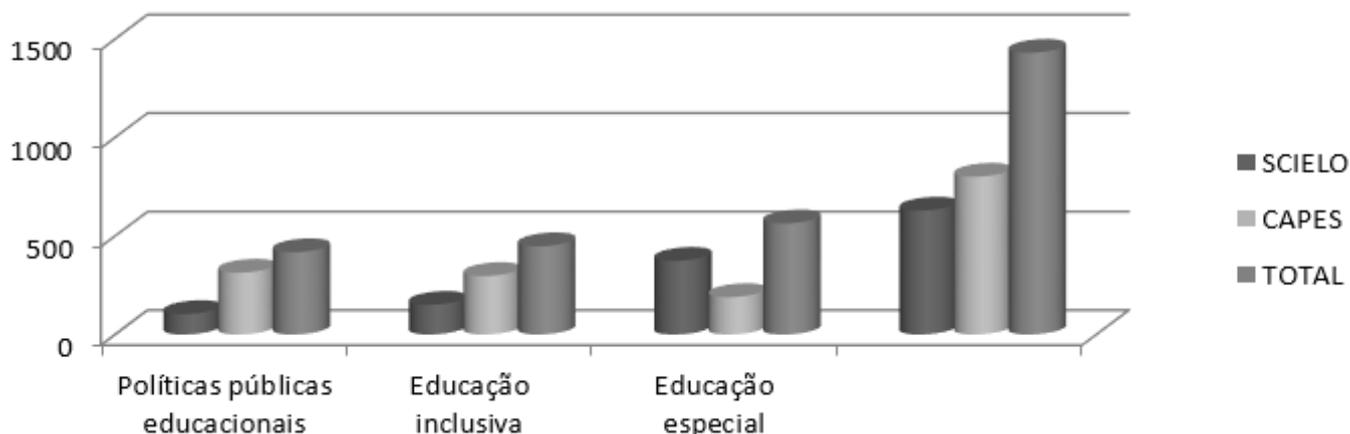
O segundo filtro refere-se às publicações exclusivamente na coleção brasileira, e produções na língua portuguesa pelo motivo da investigação ter como foco a educação inclusiva no Brasil. Um terceiro filtro trata-se do tipo de produções que serão selecionadas, ou seja, artigos, teses e dissertações voltados à temática objeto da pesquisa. O quarto e último filtro aplicado refere-se à seleção de apenas publicações específicas na área de Educação e educação especial. Após a aplicação desses filtros nas bases de busca, utilizando-se os termos-chave citados, obteve-se os resultados demonstrados a seguir no quadro I.

Quadro I – Resultado de busca na base Scielo e Capes período 2015 a 2019

BASE DE DADOS	SCIELO	CAPES	TOTAL
<b>TERMOS-CHAVE</b>			
Políticas públicas educacionais	104	314	418
Educação inclusiva	151	297	448
Educação especial	374	190	564
	629	801	1.430

Fonte: Os autores (2020)

Gráfico 1 – Gráfico comparativo dos dados do Quadro I



Fonte: Os autores (2020)

### CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

A partir de uma primeira análise do retorno obtido na busca utilizando-se os filtros definidos no item anterior e demonstrados no quadro I, foram considerados apenas produções com acesso livre à leitura completa da publicação, sendo então procedida a leitura individual dos títulos das publicações e em seguida excluídos trabalhos que não possuem uma abordagem da área educacional, bem como produções que não analisam as políticas públicas combinadas com a temática de educação inclusiva. Uma vez que o presente trabalho trata-se de uma Revisão sistemática de literatura também foram excluídos os artigos que possuem como metodologia a revisão literária. Por fim foram excluídas as publicações repetidas.

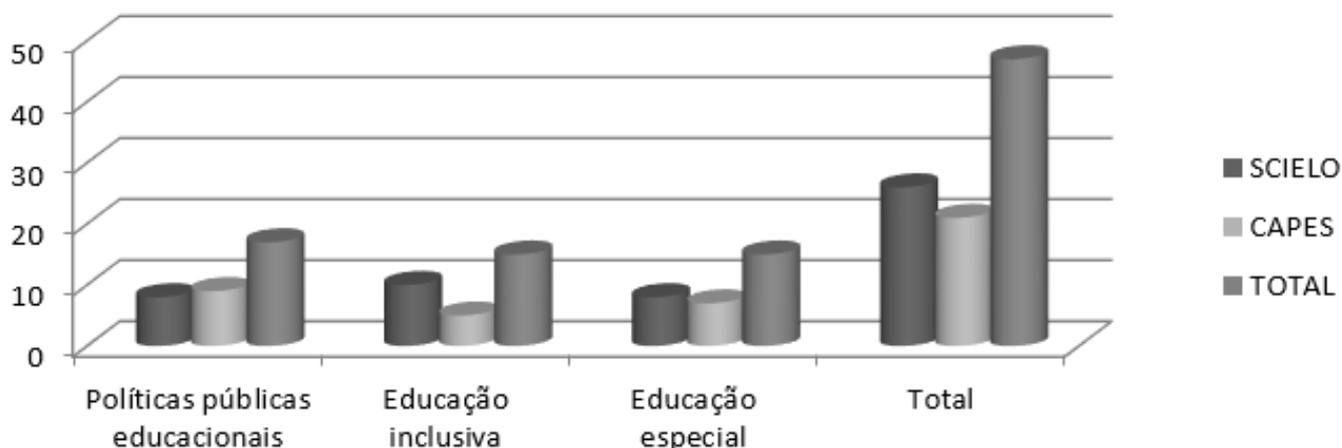
Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão chegou-se aos resultados elencados no quadro II.

Quadro II – Resultado de busca nas bases Scielo e Capes período 2015 a 2019 após aplicação dos filtros

BASE DE DADOS	SCIELO	CAPES	TOTAL
<b>TERMOS CHAVES</b>			
Políticas públicas educacionais	8	9	17
Educação inclusiva	10	5	15
Educação especial	8	7	15
Total	26	21	47

Fonte: Os autores (2020)

Gráfico 2 – Gráfico comparativo dos dados do Quadro II



Fonte: Os autores (2020)

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na sequência da aplicação de filtros e utilização de critérios inclusão e exclusão, onde resultaram um total de 26 publicações na base Scielo e 21 na Capes, totalizando 47 textos selecionados, passou-se à leitura dos resumos e conclusões dos trabalhos selecionados, para uma compreensão das linhas de investigação e tendências de debates e discussões contidos nessas publicações.

A análise possibilitou a verificação de tendências das pesquisas acadêmicas realizadas nos últimos 5 anos no Brasil, onde nota-se que o maior foco de investigação está voltado à reflexão sobre as políticas públicas adotadas no Brasil, com o total de 15 publicações com essa perspectiva, que analisam desde seus fundamentos, construções históricas com análises a partir de diversas abordagens, alguns trabalhos buscaram fazer uma retrospectiva histórica das políticas públicas, desde sua formulação até a implantação com reflexões sobre sua consecução, sendo que duas dessas produções analisaram essas políticas e sua conformidade com documentos internacionais.

Um segundo objetivo que pode ser notado com maior frequência na amostra, 14 publicações, refere-se à análise do documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEE-PEI 2008, com reflexões que vão desde as diversas forças e influências na sua construção, como também sobre a sua relevância no contexto da Educação assim como sua implantação e implementação. Vários desses trabalhos têm como foco de investigação uma análise histórica de como se deu o processo de efetivação do PNEE-PEI nos últimos 10 anos, com prevalência de um recorte regional em estados como São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Alagoas, Ceará e Roraima. Principalmente analisando como se desenvolve a articulação das políticas regionais com a política nacional de inclusão.

Outra tendência revelada nos estudos revistos são as pesquisas voltadas a análise e discussão da formação docente dentro do campo da educação especial, que totalizaram 10 publicações, que passam pelos debates sobre currículo de formação básica do professor, analisando também as demandas e desafios da prática pedagógica em sala de aula, sendo que uma das publicações teve como foco os processos avaliativos de alunos com deficiências. Outros trabalhos investigaram as práticas pedagógicas inclusivas relacionadas à educação básica em sua maioria, com um dos trabalhos apenas com recorte da educação infantil, outro texto voltado à análise estatística de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior, e também uma pesquisa com foco na disciplina específica de artes e a interlocução da prática docente com a política nacional de inclusão.

Ainda sobre a formação docente 3 trabalhos analisaram as representações dos professores sobre a criança com deficiência e também como percebem as políticas educacionais de inclusão em consonância com sua prática



e de como percebem a importância da inclusão escolar enquanto instrumento democrático. Outras 2 publicações buscaram analisar e acompanhar como transcorre o desempenho e atendimento de alunos com deficiências específicas, notadamente no estado de São Paulo, com fundamentos na legislação estadual e federal.

Por fim foram observadas publicações com temáticas de pesquisas diversas, mas com apenas uma frequência para cada objetivo, totalizando 3 publicações. Uma dessas pesquisas teve um recorte voltado à análise da atuação de órgãos públicos da área educacional tanto na implementação quanto na efetivação de políticas públicas adotadas pelo sistema de ensino regional. Um outro texto reflete sobre os diversos movimentos existentes na contramão das tendências dos discursos de inclusão e que fomentam ideais segregadores. E por fim um dos estudos objetivou analisar as relações e conflitos entre escola e família a partir da perspectiva inclusiva.

## CONCLUSÃO

A presente revisão de literatura evidencia a grande quantidade de estudos e pesquisas voltadas às políticas públicas de inclusão escolar nos últimos 5(cinco) anos demonstrando uma relevância do tema dentro da área da Educação. A análise das publicações permite revelar que tais estudos têm como foco principal de investigação uma reflexão sobre as políticas públicas, construídas no Brasil, seus fundamentos e historicidade a partir da análise da legislação relacionada ao tema, com uma frequência considerável de pesquisas que relacionam as políticas locais com as Nacionais.

Também é perceptível uma tendência dos textos em analisar o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEE-PEI 2008, tanto na sua formulação quanto na implementação do mesmo. A grande quantidade de estudos com foco no PNEE-PI 2008 reflete a preocupação com a atual discussão sobre as alterações propostas pelo novo modelo do Ministério da Educação o PNEE 2018, que se aprovado nos moldes propostos, irão trazer sérias consequências ao modelo vigente, com possíveis retrocessos nas conquistas do documento de 2008, que na opinião Mantoan (2018), a alteração proposta é uma investida do Governo Federal contra os avanços da inclusão escolar desconstruindo o conceito de que a “Educação Especial é uma modalidade transversal, não substitutiva, que atua na escola como um todo, e fora dela também”, conquistado no modelo de 2008” (LEPED, 2018, p.17), fazendo coro com outros educadores que denunciam um retrocesso na atual política de educação inclusiva.

No contraponto desta posição defendida por Mantoan, Lacerda (2019) ressalta a importância do documento de 2018, que contém um posicionamento coerente a favor da educação inclusiva em detrimento da concepção de inclusão total, onde a educação inclusiva pode ser entendida como um processo, que deve ser programado e planejado, no qual a criança poderá ter apoio ou suporte pedagógico complementar, enquanto na inclusão total a criança com necessidades especiais deverá matricular-se na escola regular a qual irá adaptar-se e transformar-se de forma natural, sem necessidade de suporte pedagógico.

Destarte é possível constatar, a partir desta revisão, que muito se tem pesquisado sobre políticas públicas educacionais de inclusão, e que nos últimos anos tem merecida a necessária atenção dos pesquisadores, mas que é um campo de muitos debates a serem travados e consequentemente muitos estudos a serem elaborados sobre essa temática. Como lembra Góes e Laplane (2013, p.3) um campo carregado de “tensões, conflitos e contradições que estão presentes tanto nos documentos relacionados aos direitos das pessoas com necessidades educativas especiais[...]como nas práticas escolares[...]”.

Essa revisão de literatura não tem a pretensão de abarcar todo imenso acervo sobre a temática a que se propôs, inclusive com algumas limitações presentes na sua elaboração, principalmente aquelas relacionadas ao reduzido número de filtros disponíveis nos portais de busca sendo, portanto, necessário certo grau de subjetividade na seleção das produções para atender os objetivos iniciais. Fica assim aberta a possibilidade de novas revisões, que possam complementar ou acrescentar, novos conhecimentos a respeito do que se investiga e se produz no meio acadêmico, sobre políticas públicas de inclusão educacional no Brasil.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_idbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_idbn1.pdf). Acesso em: 19 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Lei nº 13.005/2014. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 26 jun.2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e ao longo da vida. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://pnee.mec.gov.br/integra>. Acesso em: 15 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Planalto. LEI Nº 13.146 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: MEC, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 24 jun. 2020.

CAIADO, Rodrigo et al. Metodologia de revisão sistemática da literatura com aplicação do método de apoio multicritério à decisão smarter. In.: Congresso nacional de excelência em gestão. Rio de Janeiro: Inovarse, 2016. Disponível em: [http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16\\_002.pdf](http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_002.pdf). Acesso em: 19 jun.2020.

CASTRO, Aldemar Araújo. Revisão Sistemática e Meta-análise. [S. l.]: Usina de Pesquisa, 2001. Disponível em: <http://www.usinadespesquisa.com/metodologia/wp-content/uploads/2010/08/meta1.pdf>. Acesso em: 18 jun.2020.

GÓES, Maria Cecília Rafael de; Laplane, Adriana Lia Frizman de. Políticas e práticas de educação inclusiva. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013

GUERREIRO, Guacyara Labonia. O que está em jogo com a proposta de reforma da política nacional de educação especial. 2019. Entrevista concedida à Revista ao Portal Educação Integral. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/o-que-esta-em-jogo-com-proposta-de-reforma-da-politica-nacional-de-educacao-especial/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

IGARASHI, Wagner; IGARASHI, Deisy Cristina Corrêa; BORGES, Bárbara Johann. Revisão Sistemática e sua potencial contribuição em “negócios, gerenciamento e contabilidade”. Revista Gestão e Regionalidade, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://seer.uscs.edu.br/index.php/revistagestao/article/view/2887>. Acesso em: 23 jun. 2020.

LACERDA, Lucelmo. Revisão da Política Nacional de Educação Especial. Youtube, 2018. Disponível em: <https://>



[www.youtube.com/watch?v=EXKHw0STnFM](http://www.youtube.com/watch?v=EXKHw0STnFM). Acesso em: 24 jun. 2020.

LEPED. UNICAMP. Em defesa da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: análise e manifestação sobre a proposta do Governo Federal de reformar a PNEEPEI (MEC/2008). Campinas: Unicamp, 2018. Disponível em: <https://inclusaoja.files.wordpress.com/2018/05/texto-de-anc3a1lise-dos-slides-sobre-a-reforma-da-pneepei-final1.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2019.

MORAES, Silvia Piedade. Guia para Revisão de Literatura Aplicada à Educação. São Paulo: Academia. Edu, 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/37814129/Guia\\_para\\_Revis%C3%A3o\\_de\\_Literatura%20Aplicada\\_%C3%A0Educa%C3%A7%C3%A3o\\_O\\_que\\_%C3%A9\\_revis%C3%A3o\\_de\\_literatura\\_](https://www.academia.edu/37814129/Guia_para_Revis%C3%A3o_de_Literatura%20Aplicada_%C3%A0Educa%C3%A7%C3%A3o_O_que_%C3%A9_revis%C3%A3o_de_literatura_). Acesso em: 24 jun. 2020.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. Acta Paulista de Enfermagem, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ape/v20n2/a01v20n2.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de Revisão Sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Revista Brasileira de Fisioterapia, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de administração pública-RAP, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.

UNICEF. Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990) Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 29 jun. 2020.